



**RESENHA: O CARÁTER EDUCATIVO DO MOVIMENTO INDÍGENA
BRASILEIRO (1970-1990)**

*BOOK REVIEW: THE EDUCATIONAL CHARACTER OF THE BRAZILIAN INDIGENOUS
MOVEMENT (1970-1990)*

*RESEÑA: EL CARÁCTER EDUCATIVO DEL MOVIMIENTO INDÍGENA BRASILEÑO
(1970-1990)*

Maurício Silva
Universidade Nove de Julho. E-mail: maurisol@gmail.com

Embora não se trate de uma novidade, o estudo do Movimento Indígena brasileiro ganhou fôlego novo nas últimas décadas, seja pela atuação sistemática de pesquisadores do assunto nas universidades, seja pelas conquistas reais desse mesmo movimento - o que lhe garantiu maior visibilidade -, como é o caso da lei 11.645, de 2008, introduzindo o estudo na história e cultura indígenas brasileiras no currículo escolar.

O mais recente livro de Daniel Munduruku - um dos expoentes contemporâneos dessa nova geração de pesquisadores e que acumula a vantagem de se ligar diretamente ao movimento citado -, afirma-se como uma importante contribuição para a compreensão do Movimento Indígena brasileiro, sobretudo a partir do que considera como seu *caráter educativo*.

Escrito sob a forma de um *estilo epistolar* (aquele que mais se aproxima da oralidade, realidade discursiva característica da cultura indígena) e tendo como objeto de estudo o Movimento Indígena brasileiro, em seu caráter educativo, o autor começa afirmando que tal movimento é "um instrumento legítimo na defesa dos direitos indígenas, estruturado em processo de autoformação e servindo também, em outra vertente desse mesmo caráter educativo, para mudar o olhar da sociedade brasileira, e mesmo do Estado, sobre os povos indígenas" (p. 12).

Tratando, portanto, da evolução dessa questão, o autor lembra que o Movimento Indígena brasileiro se organiza, de fato, na década de 1980, no rastro do momento histórico



Revista Triângulo

nacional, marcado pela eclosão dos movimentos sociais pós-ditadura. Foi nesse contexto que jovens estudantes indígenas atuaram como mola propulsora para a organização das comunidades indígenas, numa atuação política de defesa de seus valores. Recebendo o apoio tático determinante da Igreja Católica (sobretudo por meio do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, órgão da CNBB, criado em 1972 e responsável por organizar os primeiros encontros de lideranças indígenas no país, ainda na década de 1970), o movimento vai adquirindo uma *consciência pan-indígena*, congregando, aos poucos, o apoio de outras categorias sociais (intelectuais, artistas, profissionais liberais, trabalhadores rurais sem terra etc.).

Para o autor, a história da sociedade indígena no Brasil está intimamente vinculada ao processo de colonização do continente americano e, em especial, da *ótica eurocêntrica* adotada para narrá-la, uma das responsáveis pela "expropriação oficial do conhecimento ancestral" (p. 25). De lá para cá, vários modelos de políticas indígenas foram adotados, criando, posteriormente, um campo de possibilidades para o surgimento do Movimento Indígena brasileiro atual. Assim, o primeiro grande modelo colocado em prática foi a política exterminacionista, adotada logo com a chegada dos europeus ao "novo" continente, caracterizada, sobretudo, pelo genocídio (por meio da eliminação e/ou escravização dos povos indígenas) e o etnocídio (por meio da educação religiosa e da catequese). O segundo modelo adotado - a partir do governo republicano - foi o integracionista, caracterizado pela concepção de que os povos indígenas possuem uma cultura inferior, devendo ser tutelados pelo governo e, posteriormente, "integrados" à sociedade brasileira; é dessa época, por exemplo, que data o Serviço de Proteção ao Índio (SPI, 1910), sob a inspiração positivista do Marechal Rondon, inaugurando uma política governamental sobre o tema. Esse modelo, que duraria até a década de 1980, sofreu, evidentemente, alterações, sobretudo durante o período militar, quando o antigo SPI é substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 1967) que, não obstante algumas alterações na política governamental indigenista, continuou reforçando as teses integracionistas, sobretudo por meio do Estatuto do Índio (1973), cuja principal função era tutelar aqueles que o Código Civil de 1916 considerava como *silvícolas*. Um terceiro modelo de política indigenista inaugura-se com a Constituição de 1988, pautada agora pela luta pela igualdade, pelo respeito à diversidade étnica, pelo reconhecimento da



pluralidade cultural e pelas garantias às minorias indígenas; a ideia de incapacidade civil é abandonada, uma parcela da sociedade civil adota a causa indígena entre suas demandas e as lideranças indígenas começam a encabeçar a política indígena oficial.

Desse complexo contexto, nasce o Movimento Indígena brasileiro, a partir de um sentimento de fraternidade indígena, que o levaria a atuar segundo valores como a *memória* (passada de geração a geração e que considera a educação como um aprendizado social, revelando a importância de algumas práticas, como os ritos de iniciação etc.), a *identidade* (relacionada a um sentido de pertencimento a uma realidade ampla, compartilhada por todos os povos indígenas) e um *projeto* (ligado aos objetivos que impulsionam as ações e práticas da comunidade indígena). Nesse sentido, pode-se dizer que o Movimento Indígena brasileiro assentou-se, durante muito tempo, numa proposta de educação que apresentava duas direções: a formação de quadros para sua continuidade e a formação da sociedade brasileira para o reconhecimento da diversidade indígena. Assim, das primeiras assembleias indígenas, que ocorreram por volta dos anos 1960-1970 (em que já se defendia o protagonismo indígena e a consciência pan-indígena), até os anos 1980 (com a criação de entidades como a União das Nações Indígenas - UNI e o Núcleo de Direitos Indígenas - NDI, entre outras), chegando aos anos 1990 (com a ampliação significativa dos indígenas na participação do Estado, com maior acesso ao ensino formal, com a luta pela demarcação de terras etc.) um longo caminho foi trilhado no sentido de fortalecer e consolidar o Movimento Indígena brasileiro.

O autor trata, ainda, por meio de entrevistas com personalidades do Movimento Indígena que lutaram para a valorização da cultura e dos povos indígenas, opondo-se à tendência histórica, no Brasil, de desqualificar a capacidade de seus membros de autogestão, do sistema educativo indígena, afirmando, de início que "a educação indígena é muito concreta, mas, ao mesmo tempo, mágica. Ela se realiza em distintos espaços sociais que nos lembram sempre que não pode haver distinção entre o concreto dos afazeres e aprendizados e a mágica da própria existência que se 'concretiza' pelos sonhos e pela busca da harmonia cotidiana. Isso, é claro, pode parecer contraditório à primeira vista, mas segue uma lógica bastante compreensível para nossos povos, pois não é uma negação dos diferentes modos de coexistência, como se tudo fosse uma coisa única, mas uma forma de a mente operacionalizar o que temos a pensar e viver" (p. 67). Para ele, portanto, a educação indígena passa pela



Revista Triângulo

educação do corpo e dos sentidos (p. 69-70), pela educação da mente (p. 70-71) e pela educação do espírito (p. 72-73). Em resumo: "o corpo é o lugar onde reverberam os saberes da mente (intelectual) e os saberes do espírito (emocional). Educar é, portanto, preparar o corpo para sentir, apreender e sonhar. Pode ser também para sonhar, apreender e sentir. Ou ainda, apreender, sentir e sonhar. Não importa. É um mesmo movimento. É o movimento da *Circularidade*, do Encontro, do Sentido" (p. 73).

Finalmente, Daniel Munduruku destaca a importância da participação dos líderes indígenas no movimento social, desencadeando a criação de uma consciência histórica em relação ao papel do índio na sociedade brasileira. Portanto, em resumo, afirma sobre o Movimento Indígena brasileiro: "O Movimento Indígena surge como uma resposta dos povos indígenas à lógica da destruição orquestrada pelo governo militar e que respondia a uma exigência do modelo econômico vigente, que tinha como base o desenvolvimento a todo custo. O enfrentamento que foi proposto passava por um sonho de autonomia, de autossustentabilidade, de autogoverno. E para que este sonho minimamente se conformasse, foi necessário o domínio dos instrumentais próprios do Ocidente, que foram trazidos, em grande maioria, pela escola e pelas instituições religiosas - aparelhos ideológicos do Estado - cada vez mais presentes nas aldeias indígenas brasileiras" (p. 195). E completa, falando o caráter educativo do Movimento Indígena brasileiro: "Talvez a maior contribuição que o Movimento Indígena ofereceu à sociedade brasileira foi o de revelar - e, portanto, denunciar - a existência da diversidade cultural e linguística. O que antes era visto apenas como uma presença genérica passou a ser encarado como um fato real, obrigando a política oficial a reconhecer os diferentes povos como experiências coletivas e como frontalmente diferentes da concepção de unidade nacional" (p. 222).

Eis aí uma obra que não pode faltar na estante de todos os interessados em compreender um pouco mais e melhor o Movimento Indígena brasileiro, por meio da voz de um de seus legítimos protagonistas.

REFERÊNCIA

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro** (1970-



Revista Triângulo

1990). São Paulo: Paulinas, 2012.